

Bom vento e bom casamento

Algures no Algarve, na famosa Estrada Nacional 125 (a dos acidentes), a escassos mil metros de Almansil, encontra-se um supermercado de aparência banal. Mais um. Chama-se Apolónia, não pela Santa, mas pelo proprietário, algarvio de lei, ao que suponho. A aproximação do estacionamento reserva surpresas: tudo está sinalizado, a limpeza é total e o espaço abundante. A entrada é ampla e há, em profusão, carrinhos de vários tamanhos. O armazém é motivo de admiração: espaçoso, bem arejado e iluminado. Os géneros e os produtos estão bem exibidos e logicamente arrumados. A variedade é a regra. De tudo há um sem-número de modelos, dimensões, quantidades, marcas e preços. Os produtos alimentares mais sofisticados e os mais banais, os mais conhecidos e populares e os mais estranhos e folclóricos. A grande distribuição convive com o cuidado artesanal. Peixe fresco, defumado e congelado; todas as carnes e charcutarias da Europa; dos melhores vinhos do mundo, a começar pelos portugueses; todos os queijos europeus; a fruta imaginável, saladas, hortaliça, dezenas de variedades de cogumelos, tudo devidamente limpo, lavado, embalado e etiquetado; os melhores cafés e chás do mercado, *pasta*, sobremesas, pão fresco, bolos, tartes, iguais aos melhores que se fazem em França, em Itália, na Alemanha ou em Inglaterra. Tanto tem a *ricotta* e o *mascarpone*, como beldroegas e azedas, sem esquecer o *foie gras*, o *sushi* e três espécies de rúcula. Finalmente, o atendimento de primeira qualidade, profissional, prestável e com o devido ar algarvio, reciclado pela eficiência. Verdade é que conheço gente de Lisboa que faz de propósito a viagem ao Apolónia, a fim de se abastecer.

Mais perto de mim, em campeonato diferente, também capaz de me impressionar, está o El Corte Inglés, espanhol apesar do nome, português de fresca data. Já lá fui umas dezenas de vezes. Durante os primeiros tempos, estava às moscas. Os lisboetas torciam o nariz, não frequenta-

vam e inventavam várias explicações (moda, preço, barulho, tamanho, etc.). No fundo, creio que tinham vergonha e inveja. Depois do Verão, voltei lá. Não sei se graças à persistência dos espanhóis e à cupidez dos clientes, ou se em consequência da abertura dos cinemas (catorze salas confortáveis e espaçosas), a verdade é que dei com os armazéns cheios de clientes e mirones. Quando fui solicitar um cartão de cliente, foram-me pedidos dois dados (BI e NIB), que dei de boca, sem mais exigências. A operação demorou quatro minutos. Uma semana depois, tinha o cartão em casa. Nada parecido com as empresas portuguesas que pedem, pelo menos, meia dúzia de documentos, incluindo cartas da EDP, extractos bancários, cartões de contribuinte e de identidade, etc. Surpreendido, perguntei se não precisavam de mais nada. Disseram-me, simplesmente, «Confiamos no cliente!». Em casa tenho, se pedir, as compras que faço. E que, aliás, posso trocar com facilidade. Se procuro sapatos 46 e casacos XL, ou têm ou os encontram em poucos dias. Têm prazer em procurar o que lhes falta, seja um vinho estranho, sejam chocolates *orangettes*, os melhores entre os bons. Ou camisas de mangas mais compridas do que as normais. Parecem prevenidos para tudo, seja para os cosmopolitas europeus, seja para os habitantes do Portugal dos Pequenitos. E, sobretudo, as pessoas que nos atendem são profissionais competentes e cordiais.

O Apolónia e o El Corte Inglés são excelentes exemplos dos benefícios sociais, económicos e culturais que o comércio aberto e livre pode trazer às sociedades. Tal como, em seu tempo e noutra escala, a EFTA e a CEE. Para já não falar do turismo, da emigração, do investimento estrangeiro e da televisão. Sobretudo num país como o nosso, onde as fontes internas de mudança social estão esgotadas. O país está exausto. As suas elites desinteressadas. Os seus trabalhadores temerosos. E os seus consumidores resignados. Quase tudo o que depende do interior, tal como a educação, a saúde pública, a justiça, a administração, a organização do Estado, o notariado, o trânsito rodoviário, as licenças camarárias, o fisco, a luta contra a corrupção e a limpeza das ruas nas cidades, quase tudo, dizia, parece estagnado, atrasado e lento na melhoria. O que, pelo contrário, depende do exterior ou tem de enfrentar a emulação externa, ou morre, o que é um alívio, ou melhora.

O Apolónia e o El Corte Inglés são do melhor que há em Portugal. Para ambos, o factor externo foi decisivo. Ambos se revelaram muito acima da média nacional no atendimento, na limpeza, na prontidão, no profissionalismo, na amabilidade, na variedade e no respeito pelos direitos do consumidor. Em ambos os casos estamos tão longe daquelas caras

maldispostas de quem nos atende em centenas de *boutiques* manhosas dos centros comerciais e de mercearias ditas de bairro onde tudo falta e onde cheira a tudo! Que seja porque os empregados são mal pagos e mal-educados; porque os patrões são burgessos e gananciosos; ou porque ninguém, vendedores e compradores, se importa com o que quer que seja, a verdade é que grande parte do comércio português está condenado ao inferno... por sua própria culpa!

O Apolónia resultou da procura externa, por parte dos turistas (aristocratas ou *hooligans* tatuados) e dos restaurantes e hotéis exigentes. Um senhor, algarvio, percebeu que não podia contentar-se com a mercearia rasca e o sorriso nativo, precisava de ter do melhor, a tempo e horas, fresco e bem embalado, com o calor do Sul e o profissionalismo do Norte. Organizou-se para satisfazer a procura. Sem concessões e com imaginação. Ganhou. Da sua vitória, aproveitamos todos. No caso do El Corte Inglés, assistimos a algo de diferente. É a oferta externa, de qualidade, variada, rigorosa, de bom gosto, sem aldrabices, que vem directamente influenciar o consumo e a procura. Mais: que vem alterar os hábitos e educar o gosto das classes médias indígenas. Estas, a princípio, reagiram mal, isto é, tiveram medo. Mas, gradualmente, em menos de dois anos, aventuraram-se: correm hoje àquele armazém como se fosse o lugar da fruta da esquina. A prazo, toda a sociedade receberá benefícios. Pena é que, na administração pública, nas universidades, nos hospitais, nos museus, nos tribunais e nas escolas, não haja também um Apolónia e um El Corte Inglés!

5.5.2003

Contra a Constituição Europeia

Há poucos meses, aqui mesmo, discordei do projecto que consistia em elaborar e aprovar uma Constituição Europeia, que considerei inútil; aderi ao princípio de convocar um referendo, dado que me parecia razoável que os portugueses, pelo menos uma vez na vida, se pronunciassem sobre a Europa; e terminei dizendo que, apesar da minha opinião contrária, acabaria por votar favoravelmente, pois receava que a consequência, caso a maioria votasse negativamente, fosse a expulsão da União. Era melhor, pensava eu, ficar com a Constituição e a Europa, do que sem uma e sem a outra. Depois disso, tendo acompanhado os debates realizados desde então e, sobretudo, tendo lido o projecto de Constituição entretanto publicado e actualmente em análise, mudei de opinião. Além de a considerar inútil, estimo agora que é também nefasta. Se houver referendo, votarei contra. Sem receio de expulsão. Se um Estado ou um povo, ou mesmo vários Estados ou vários povos, votarem contra esta absurda Constituição, o problema não será deles, ou não será só deles, dos que votarem contra, mas será de todos, isto é, da União Europeia. Esta não se pode fazer, como está agora a ser o caso, na base de pura chantagem e da mais descarada venalidade: compram-se, com fundos, os votos dos governos; fazem-se cedências no acessório para obter concessões no essencial; e atemorizam-se os povos chamados a votar em referendo com a ameaça da expulsão. Aliás, como bem notou Jorge Miranda, o projecto de Constituição, redigido pelo senhor Giscard d'Estaing e seus amigos, começa com uma epígrafe reveladora da excepcional arrogância e da especial ignorância dos seus autores, ao definir a democracia não como o poder do povo, mas como o poder da maioria!

Ainda não temos texto definitivo. A conferência intergovernamental deverá ocupar-se do assunto e chegar, ou não, a um acordo. É possível que os governos, reunidos nessa conferência, sintam um sopro de res-

ponsabilidade e uma réstia de energia que lhes permitam recusar este texto e esta iniciativa. Ou, pelo menos, alterá-lo profundamente e transformá-lo num simples Tratado, retirando-lhe o epíteto e a dignidade de Constituição. Mas se, pelo contrário, o resultado for parecido com o actual projecto, votarei contra. E estou convencido de que o interesse dos portugueses é esse: recusar a Constituição. Não apenas por ser inútil, mas por bastantes mais razões. Institui brutalmente, sem bases políticas nem sociais, um federalismo deslocado do tempo, da história e dos espaços, numa espécie de exercício formal e jurídico de intelectuais e dirigentes políticos que há muito vivem fora das sociedades reais e se deleitam em construções teóricas. Sob a aparência de progresso da «construção europeia», é talvez o mais violento e mais perigoso atentado contra a Europa e contra a diversidade deste continente, dos seus Estados e das suas nações: se a União se desmembrar, um dia, mais cedo do que seria previsível, ao fazermos a respectiva história, situaremos em 2003 e 2004 o início desse desastre e o desencadeamento das forças centrífugas. Mau grado a hipocrisia das declarações piedosas sobre a subsidiariedade, esta Constituição é mais um passo, de gigante desta vez, para a uniformização e o centralismo. Não combina com as soberanias nacionais e com as liberdades dos povos: limita-as, retira-lhes margens de liberdade e submete-as a uma autoridade superior distante e inatingível. Promete a unificação política da Europa, realização que passa por ser um trunfo do saber e uma vitória do progresso, mas que não é mais do que uma ilusão burocrática que, um dia, vai necessitar de violência e repressão para se manter e evitar o regresso das mais vivas energias europeias, as da diversidade. Conduz à revogação parcial e à subjugação total das constituições nacionais, à subalternização dos parlamentos nacionais e estabelece, com rigidez, uma hierarquia política de Estados, consagrando, ao mesmo tempo, um Parlamento Europeu destituído de reconhecimento político e de genuína legitimidade, mau grado a sua legalidade formal. O projecto é, finalmente, de excepcional e absurda complexidade, pois pretende resolver o que não tem solução: procura impor uma aparente igualdade, mas ao mesmo tempo estabelece uma hierarquia; tenta fazer o federalismo, o que supõe a igualdade entre Estados, em simultâneo com uma proporcionalidade de populações e uma escala de poderes.

A necessidade de uma constituição para a Europa não está demonstrada e os seus argumentos não são convincentes. É mais importante viver com a diversidade e administrar, como se tem feito até hoje, as diferenças, do que, mais tarde, tratar do que passarão a ser divergências e dissidências dentro da união constitucional. O que hoje são diferenças serão